

+ 2
f



Associação De Amor Para a Educação De Cidadãos Inadaptados Da Lourinhã

MAPAS DE GESTÃO

ADAPECIL - Ass. Amor para Educação Cidadãos Inadaptados Lourinhã

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores em euros)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	155.113,05	164.590,15
Investimentos financeiros		49,88	49,88
Outros Ativos financeiros		460,89	549,03
Subtotal		155.623,82	165.189,06
Ativo corrente			
Clientes	6	3.631,40	2.122,00
Estado e outros Entes Públicos		0,00	0,00
Outras contas a receber	7	2.382,08	5.038,82
Diferimentos	8	1.664,01	1.249,86
Caixa e depósitos bancários	9	130.333,36	92.873,48
Subtotal		138.010,85	101.284,16
Total do Ativo		293.634,67	266.473,22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	219.121,99	219.121,99
Reservas		2.914,83	2.050,00
Resultados transitados		(40.327,80)	(56.759,56)
Outras variações nos fundos patrimoniais		30.961,52	35.577,06
Resultado Líquido do período		29.125,83	17.296,59
Total do fundo do capital		241.796,37	217.286,08
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	3.547,39	472,03
Estado e outros Entes Públicos	12	9.477,73	9.580,92
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	13	38.813,18	39.134,19
Total do passivo		51.838,30	49.187,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		293.634,67	266.473,22

O Contabilista Certificado: Vanda Oliveira



ADAPECIL - Ass. Amor para Educação Cidadãos Inadaptados Lourinhã

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	14	59.544,37	64.871,01
Subsídios, doações e legados à exploração	15	395.719,59	398.641,68
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(2.119,34)	(3.171,11)
Fornecimentos e serviços externos	17	(105.921,07)	(110.945,44)
Gastos com o pessoal	18	(322.522,33)	(335.186,34)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	19	19.217,08	17.524,80
Outros gastos e perdas		(310,45)	(410,51)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43.607,85	31.331,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(14.477,10)	(14.035,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29.130,75	17.304,42
Juros e rendimentos similares obtidos		2,98	7,91
Juros e gastos similares suportados		(7,90)	(0,08)
Resultados antes de impostos		29.125,83	17.296,59
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		29.125,83	17.296,59

O Contabilista Certificado: Vanda Oliveira

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

1. Identificação da Entidade

A "ADAPECIL" é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 152 de 8 de agosto de 2007, Série II, com sede na Rua Rainha D. Leonor Urbanização da Cegonha, Lote 17.

Tem como atividade:

- a) Prevenção de deficiência, recorrendo a todos os meios que lhe forem possíveis, designadamente informativos e de aconselhamento;
- b) Informação e sensibilização junto da população para a problemática associada à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e família;
- c) Detecção atempada de perturbações no desenvolvimento da personalidade das crianças através de uma estreita colaboração com infra-estruturas nas áreas da saúde, escolares, de apoio à infância entre outras. Tem uma intervenção imediata no sentido de alcançar uma solução prestando acompanhamento e apoio às crianças e respetivas famílias;
- d) Promove o desenvolvimento de capacidades entre as camadas mais jovens e adultos com deficiências ou com graves problemas ao nível da inserção social, visando a aquisição de conhecimentos escolares e profissionais necessários à sua adequada integração na sociedade, bem como o exercício pleno dos direitos de cidadania e a normal realização das suas personalidades;
- e) Desenvolve atividades de apoio a pessoas com graves problemas a nível de autonomia, visando o seu bem-estar e a salvaguarda dos padrões razoáveis de qualidade de vida; e
- f) Combate o preconceito e a atitude de incompreensão ou geradora de situações de marginalização e/ou exclusão social que, eventualmente, se coloquem à pessoa portadora de deficiência, compreendendo as suas causas e adotando medidas adequadas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 105/2011: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria n.º 106/2011: Código de Contas;
- d) Aviso n.º 6726-B/2011: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas (NI).

2.2 Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do Acréscimo

A instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo.

2.6 Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2016, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação das disposições previstas pelo SNC-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas nas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas ao exercício de 2016.

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

3.2.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.2 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.3 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.4 Financiamentos Obtidos

3.4.1 Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.4 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

4. **Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. **Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de 2016, refletindo as adições, abates, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2016

(em euros)

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	271.372	-	271.372
Equipamento Básico	21.294	-	21.294
Equipamento de Transporte	31.140	5.000	36.140
Equipamento Administrativo	21.249	-	21.249
Outros Ativos tangíveis	7.239	-	7.239
Total	352.294	5.000	357.294
Depreciações acumulados			
		Depreciações	
Edifícios e outras Construções	112.429	10.257	122.686
Equipamento Básico	18.356	1.987	20.343
Equipamento de Transporte	31.140	1.250	32.390
Equipamento Administrativo	19.392	802	20.194
Outros Ativos tangíveis	6.387	181	6.568
Total	187.704	14.477	202.181
Valor Líquido	164.590		155.113

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2015

(em euros)

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	266.244	5.128	271.372
Equipamento Básico	20.979	315	21.294
Equipamento de Transporte	31.140	-	31.140
Equipamento Administrativo	21.249	-	21.249
Outros Ativos tangíveis	7.239	-	7.239
Total	346.851	5.443	352.294
Depreciações acumulados			
		Depreciações	
Edifícios e outras Construções	102.171	10.257	112.429
Equipamento Básico	16.074	2.282	18.356
Equipamento de Transporte	31.140	-	31.140
Equipamento Administrativo	18.238	1.154	19.392
Outros Ativos tangíveis	6.045	342	6.387
Total	173.668	14.035	187.704
Valor Líquido	173.183		164.590

Em 2016 salienta-se a aquisição de uma carrinha Ford Galaxy que incrementou em 5.000€ a rubrica de Equipamento de Transporte.

6 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2016	(em euros) 2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	3.631	2.122
Total	3.631	2.122

Constata-se um maior endividamento por parte dos utentes em 2016, quando comparado com o ano transato.

7 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2016, a seguinte decomposição:

	2016	(em euros) 2015
Outras Contas a receber	2.382	5.038
Total	2.382	5.038

8 Diferimentos

Respeita a gastos que se verificaram no exercício económico presente, nomeadamente 1.664,01€, cujo custo será efetivo em 2017.

9 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

	<i>(em euros)</i>	
	2016	2015
Caixa	779	811
Depósitos à ordem	128.662	91.170
Outros depósitos bancários	892	892
Total	130.333	92.873

As disponibilidades em 2016 aumentaram em mais de 40%.

10. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

	2016			<i>(em euros)</i>
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	219.122	-	-	219.122
Reservas	2.050	865	-	2.915
Resultados Transitados	-56.760		16.432	-40.328
Resultado Líquido do exercício	17.297	29.126	17.297	29.126

	2015			<i>(em euros)</i>
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	219.122	-	-	219.122
Reservas	1.250	800	-	2.050
Resultados Transitados	-71.947		15.187	-56.760
Resultado Líquido do exercício	15.987	17.297	15.987	17.297

Os resultados Transitados sofreram uma diminuição, consequência dos constantes Resultados positivos que a entidade tem vindo a ter a partir de 2014, sendo que em 2016 terminou com um Resultado Líquido positivo de 29.126€.

11 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

	2016	(em euros) 2015
Fornecedores c/c	3.547	472
Total	3.547	472

Apesar de o valor na rubrica de fornecedores ser superior a 2016, o grau de endividamento da Instituição é praticamente nulo. A fatura de maior relevância é a da Uniself, regularizada em janeiro 2017.

12 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	2016	(em euros) 2015
Imposto s/ rendimento das Pessoas Singulares	2.129	2.363
Fundo de compensação	74	85
Segurança Social	7.142	7.099
Imposto sobre trabalho independente	132	34
Total	9.477	9.581

13 Outras contas a pagar

	2016	(em euros) 2015
Outras Contas a pagar	38.813	39.148
Total	38.813	39.148

Estão consideradas nesta rubrica as remunerações a liquidar e encargos com a Segurança Social, nas proporções de 34.619,30€ e 3.738,88€ respetivamente.

14 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Prestação de Serviços	<i>(em euros)</i>	
	2016	2015
Quotas de utilizadores	39.948	40.060
Quotas e joias	1.317	464
Amigos da ADAPECIL	-	4.162
Pirilampos Mágicos	6.606	5.915
Festas	2.320	3.218
Bar	2948	2.894
CAO	456	980
Educacional	2.049	832
Outros (Passeio/rifas/calendário)	3.900	6.256
Total	59.544	64.871

As receitas em 2016, comparativamente com 2015, sofreram um ligeiro decréscimo pela falta da contribuição dos Amigos da Adapecil.

15 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos exercícios de 2016 e 2015 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Subsídios e Doações	<i>(em euros)</i>	
	2016	2015
ISS, IP	271.792	274.616
DREL	105.332	89.206
Autarquias	12.600	12.000
INR	1.802	6.799
Doações	-	2.116
IEFP	4.194	13.904
Outros	-	-
Total	395.720	398.641

O subsídio atribuído pela DREL aumentou 16.126€ em 2016 comparativamente com 2015, contrapondo com o decréscimo verificado nas restantes rubricas.

Quanto aos subsídios atribuídos pelo INR, no âmbito do Programa de Financiamento de 2016, foi contabilizado o seguinte subsídio:

<i>(em euros)</i>	
Projeto	Subsídio
742 Férias na Praia	1.802
Total	1.802

16 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Respeita às compras efetuadas para o bar, no montante de 2.119,34€

17 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

FSE	<i>(em euros)</i>	
	2016	2015
Subcontratos	-	696
Serviços Especializados	56.648	54.584
Materiais	10.755	14.171
Energia e Fluidos	16.849	19.104
Deslocações e Estadas	6.139	7.532
Serviços Diversos	15.530	14.858
Total	105.921	110.945

Verifica-se uma diminuição de custos em 2016 na ordem dos 5%, fruto da boa gestão dos membros da Instituição.

Na rubrica Materiais salienta-se o custo com os Pirilampos Mágicos no valor de 4.395,60€.

No âmbito do Programa de Financiamento de 2016 do INR foram contabilizados os seguintes fornecimentos e serviços no respetivo projeto:

<i>(em euros)</i>		
Projeto	FSE	Custo
742 Férias na Praia	Serviços Diversos	3.172
	Total	3.172

18 Gastos com o Pessoal

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos com o pessoal repartem-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	<i>(em euros)</i>	
	2016	2015
Remunerações ao pessoal	264.341	264.203
Encargos s/ remunerações	55.916	68.617
Seguros Ac Trabalho	1.649	1.622
Outros Gastos c/ o pessoal	616	744
Total	322.522	335.186

Verifica-se um decréscimo de 4% nesta rubrica.

19 Outros rendimentos e ganhos

Rendimentos	<i>(em euros)</i>	
	2016	2015
Donativos	6.248	5.914
Donativos em espécie	201	1.946
Imputação subs. Invs	4.615	3.077
Consignação IRS	7.535	6.546
Outros	618	42
Total	19.217	17.525

Constata-se um acréscimo de receitas no valor de 9%, sendo a rubrica com maior impacto a Consignação de IRS.

20 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lourinhã, 17 de março de 2017

